

A RELIGIOSIDADE CATÓLICA NO BRASIL A PARTIR DA REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA*

Solange R. Andrade**

Resumo: A partir da leitura do periódico católico, *Revista Eclesiástica Brasileira*, apontar e analisar como a instituição eclesiástica aborda, conceitua e se posiciona perante as manifestações religiosas designadas *populares* durante os anos de 1963 a 1980, destacando a importância da utilização desse tipo de documento. Analisar quais as principais tendências teológicas, sociológicas, antropológicas e históricas que permearam os artigos publicados durante o período citado, e que influenciaram na elaboração do conceito de catolicismo popular adotado pelos membros do clero brasileiro.

Palavras-chave: Igreja Católica; catolicismo popular; periódicos.

Abstract: From the reading of the catholic magazine, *Revista Eclesiástica Brasileira*, to begin to appear and to analyse like the ecclesiastical institution boards, conceptualize and it is positioned before the religious manifestations, during the years from 1963 to 1980, detaching the importance of the use of this type of document. Analyse which the principal theological, sociological, anthropological and historical tendencies that permeated the articles published during the quoted period, and that they influenced the preparation of the concept of popular catholicism adopted by the members of the brazilian clergy.

Keywords: Catholic Church, popular catholicism; magazine

A partir da década de 1980, ocorreu um certo movimento entre os historiadores no Brasil, no sentido de efetivarem pesquisas sobre história das religiões e das religiosidades. O que antes era objeto da sociologia, da teologia, da filosofia e também da antropologia, passou a ser interesse da história¹.

* Este artigo é parte da minha tese de doutorado. Vale frisar que para a crítica da sustentação de algumas afirmações e interpretações do presente texto, é indispensável a leitura do trabalho completo: DAVID, Solange Ramos de Andrade. *O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)* (Tese de Doutorado em História) UNESP, Assis, 2000.

** Doutora em História e Sociedade pela UNESP/Assis. Professora do Departamento de História da UEM/PR.

¹ Notadamente aqui, estamos nos referindo à História Nova e mais especificamente à História das Mentalidades. Conf. LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro:

Se antes, o interesse dos historiadores se detinha na história das relações políticas e institucionais da Igreja, priorizando as relações entre Igreja e Estado, a partir da década de 1980, surgem trabalhos que enfatizam os comportamentos e atitudes de determinados grupos religiosos. A antropologia religiosa passa a ser o referencial para o estudo dos rituais e das práticas religiosas. O interesse reside em analisar como as pessoas se comportam diante do fenômeno religioso².

Devido a heterogeneidade das manifestações religiosas, que podemos denominar religiosidade, seria impossível estabelecer um conceito homogêneo. Nosso interesse reside em analisar como a Igreja católica no Brasil, por intermédio da REB, adotou um determinado conceito de religiosidade voltada para o que se convencionou denominar de catolicismo popular.

A atividade de pesquisa implica num envolvimento teórico-metodológico com relação ao objeto abordado. Independente da área, esse referencial nunca deve ser esquecido. Contudo, a maior dificuldade da pesquisa está em delimitar o objeto e desenvolver um diálogo com outros autores que já discutiram conceitos ou mesmo maneiras de se trabalhar com este objeto.

Além dessas dificuldades, encontramos mais uma: identificar como um conceito é produzido por um determinado grupo inserido numa instituição como a Igreja católica, é algo muito difícil, dada as diferentes posturas que adotam. Contudo, consideramos provável estabelecer as principais linhas de pensamento dos diversos autores que contribuíram com suas idéias, na elaboração de um conceito como o de catolicismo popular, que serviu como parâmetro de classificação das manifestações religiosas ligadas ao catolicismo.

Analisar a história da Igreja Católica no Brasil é algo um tanto quanto complexo, uma vez que nunca foi uma instituição caracterizada pela homogeneidade. A partir da leitura de uma revista católica, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, e de documentos oficiais da Igreja Católica, procuramos apontar e analisar como a instituição eclesiástica aborda, conceitua e se posiciona perante as manifestações religiosas designadas *populares* durante os anos de 1963 a 1980.

Durante esse período ocorreram mudanças significativas a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II que, contrariamente aos princípios tridentinos, procurou

Francisco Alves, 1988; BURKE, Peter(org.). *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992; HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

² Conf. DUPRONT. Alphonse. *Antropologia Religiosa*. LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

adequar a Igreja católica ao mundo moderno, à necessidade de conhecer o homem que vive nesse mundo, bem como suas manifestações, suas atitudes perante o sagrado e perante a própria Igreja.

Procuramos, principalmente, analisar quais as principais tendências que permearam os artigos publicados durante o período citado e que influenciaram na elaboração do conceito de catolicismo popular adotado por alguns setores do clero brasileiro.

O interesse em estudar as manifestações populares do catolicismo vem desde há muito tempo despertado nossa atenção. No Mestrado, trabalhamos com o estudo de um santo popular – o Menino da Tábua da cidade de Maracá/SP – analisando sua história e qual a identificação que o fiel tinha para com ele³. Quando realizamos esse trabalho as fontes das quais dispomos foram a história oral, os jornais e os documentos judiciais. Na etapa de leitura dos textos sobre religiosidade, foi grande a nossa surpresa ao ver a imensa quantidade de artigos sobre o assunto escritos por teólogos durante o período de 1960 a 1979. O periódico em que mais foram publicados artigos sobre religiosidade foi a *Revista Eclesiástica Brasileira*, uma revista *do clero e para o clero*, como diziam seus redatores.

Foi nesse contexto que surgiu o nosso interesse em mapear os artigos existentes nessa revista que abordassem o catolicismo popular. Foram analisados 80 fascículos, com uma média de 2 artigos em cada um deles, totalizando aproximadamente 160 artigos.

A partir da leitura desses artigos, procuramos delinear e analisar as tendências antropológico-cultural, histórico-sociológica e eclesiástico-tradicional, por nós consideradas como aquelas que balizaram a construção do conceito de religiosidade popular, e mais especificamente, de catolicismo popular no Brasil.

Nossa tese central foi a de que ao tentar se inserir no mundo moderno, a Igreja católica iniciou um processo de repensar seu lugar diante desse mundo ao se posicionar como uma instituição que se percebe enquanto componente da história, logo capaz de participar da realidade e até transformá-la.

De uma postura negativa, em que criticava o mundo moderno, a Igreja, por intermédio do Concílio Vaticano II (1962-1965), procurou se adequar e até participar

³ DAVID, Solange Ramos de Andrade. *Um estudo de religiosidade popular. O Santo Menino da Tábua*. Dissertação de Mestrado. FCL-Assis, UNESP, 1994, mimeo.

do mundo contemporâneo. Para que tal conduta se efetivasse haveria a necessidade de entender esse mundo e procurar nele agir.

É interessante notar que a busca por uma conceituação das manifestações voltadas para o catolicismo popular dá-se ao mesmo tempo em que a religião católica passa a sofrer a feroz concorrência com outras religiões, como o espiritismo, o pentecostalismo e a umbanda. Quando é lançado o Plano Pastoral de Conjunto, a Igreja católica vê a necessidade de compreender como os setores mais populares, os mais atingidos pelas novas religiões, expressam seu comportamento religioso.

Percebemos que a elaboração do conceito de catolicismo popular passa necessariamente pela observação desse comportamento, da participação de alguns membros do clero nessas manifestações, conjuntamente com a elaboração teórica do que chamam de catolicismo popular, haja vista que é a partir dessa manifestação que o clero admite estar perdendo seus fiéis, pelo fato de que as outras manifestações citadas acima, apresentariam elementos comportamentais presentes no catolicismo popular.

No documento de Medellín (1969) os bispos chegaram a afirmar que

A renovação catequética não pode ignorar um fato: que nosso Continente vive em grande parte de uma tradição cristã e que esta impregna simultaneamente a existência dos indivíduos e o contexto social e cultural. Apesar de observar-se um crescimento no processo de secularização, a religiosidade popular é um elemento válido na América Latina. Não se pode prescindir dela, pela importância, seriedade e autenticidade com que é vivida por muitas pessoas, sobretudo nos ambientes populares. A religiosidade pode ser ocasião ou ponto de partida para um anúncio da fé. Entretanto, impõe-se uma revisão e um estudo científico da mesma, para purificá-la de elementos que a tornem inautêntica e para valorizar seus elementos positivos. Evitar-se-á assim uma estagnação em formas do passado, algumas das quais se manifestam hoje, além de ambíguas, inadequadas e mesmo nocivas (CATEQUESE, n.2).

O número significativo de artigos sobre religiosidade a partir da década de 1960 vem corroborar essas afirmações. A preocupação da Igreja é tanta que em 1968 na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, Colômbia, no documento final, na Pastoral Popular n.10, se recomendou *realizar estudos sérios e sistemáticos sobre a religiosidade popular e suas manifestações*. É essa tentativa de conceituação e interpretação do catolicismo popular, presente nos artigos publicados pela *Revista Eclesiástica Brasileira* o nosso objeto central de análise.

Durante muito tempo, foi reservado ao historiador o trabalho com temas e documentos voltados para o oficial. Esse oficial era vislumbrado dentro de um contexto de história política, no sentido tradicional, ou seja, a história dos atos governamentais, tratados, biografias de grandes nomes, dentre outros. Com o constante repensar dos objetivos da história na sociedade, esses temas foram se alargando à medida que setores populares foram ganhando voz e espaço para suas reivindicações.

As pessoas comuns passaram a ser objeto de estudo, não apenas por serem de algum lugar exótico ou por terem hábitos estranhos, mas por serem vistas como membros de uma sociedade em constante transformação⁴.

A história passou a se interessar pela maneira de viver e de se relacionar dessas pessoas comuns, entendendo ser um campo de conhecimento dinâmico, que deveria englobar toda a sociedade e não apenas uma parcela dela. Primeiramente, inúmeros estudos foram realizados sobre as minorias e os marginalizados. A história das mentalidades procurava apreender atitudes mentais e comportamentos coletivos que durassem, que existissem na longa duração. Os aspectos abordados deixaram de ser exclusivamente políticos, para compreenderem o econômico, o social e o cultural.

Diante desse quadro a história aproximou-se muito da antropologia, da sociologia, da economia, da filosofia, da geografia, da literatura, dentre outras ciências, objetivando encontrar instrumentos que a auxiliassem a dar conta de um objeto tão rico e variado. Nessa incursão, começou a adotar procedimentos metodológicos antes utilizados quase que exclusivamente por algumas dessas áreas, como os relatos orais (no caso da antropologia e da sociologia); a análise de obras literárias (no caso da lingüística e da crítica literária); os dados quantitativos (no caso da geografia e da estatística).

Na sequência, a noção de documento histórico é alargada, pois tudo o que existe torna-se um registro histórico, seja uma certidão de nascimento, seja um livro, seja um objeto material (cadeira, mesa, casa), seja um depoimento, que são vistos e assumidos como documentos, como meios de compreensão de uma determinada realidade.

⁴ Vários autores abordaram essa questão. Destaco aqui apenas alguns: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990; BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

Várias são as possibilidades de pesquisa sobre religiões e religiosidades, tanto no que diz respeito ao próprio objeto de pesquisa, como nos tipos de documentos utilizados. Em nossa dissertação de Mestrado, por exemplo, na pesquisa sobre a história de um santo popular utilizamos como documentação os jornais da Região de Maracaí e relatos orais, visando recuperar a história do santo e detectar qual o elo de identificação entre Santo e fiel. Tanto os jornais como a história oral são de grande valia para quem trabalha com a história religiosa recente⁵.

Outra maneira de se trabalhar é a análise de documentos oficiais da instituição, como Estatutos, Relatórios Finais de Conferências, Encíclicas, entre outros. Aqui os questionamentos também podem ser diversos; desde a postura da instituição sobre um determinado assunto, até o caráter normativo imposto aos fiéis⁶.

Michel Vovelle apresenta, como possibilidade, o estudo das inscrições feitas nos túmulos, ou o estudo dos próprios túmulos para analisar determinadas práticas religiosas na França⁷. O estudo dos rituais também é outra forma de abordagem da história religiosa. As festas religiosas, com toda a sua heterogeneidade e complexidade têm sido objeto de estudo não somente de antropólogos, mas também de historiadores⁸.

A utilização de periódicos pelos historiadores é relativamente recente. Por compreender que o periódico representa idéias e questionamentos sobre a realidade, intencionamos mapear e analisar a postura da Igreja católica sobre o que se convencionou chamar de catolicismo popular, lançando mão dos textos que se apresentam na *Revista Eclesiástica Brasileira*.

A importância dos periódicos já foi destacada em muitos estudos voltados para a literatura, iniciados pelo Professor José Aderaldo Castello na década de 70, que via o periódico como *expressão de grupo ou de movimento*, uma referência obrigatória para quem estuda esse tipo de documento⁹. Nas últimas décadas

⁵ DAVID, Solange R. A. *Op. Cit.*

⁶ MANOEL, Ivan A. *Igreja e Educação Feminina : os colégios das irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)*. São Paulo: USP, 1988, doutorado.

⁷ VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁸ Ver REIS, João José. *A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 e COUTO, Edilece S. *A Puxada do Mastro. Transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA)*. Mestrado. FCL-Assis, UNESP, 1998.

⁹ CASTELLO, José Aderaldo. A análise de periódicos na literatura brasileira. NAPOLI, Roselis Oliveira de. *Lanterna Verde e o Modernismo*. São Paulo: IEB-USP, 1970, pp. 5-12.

diversas pesquisas foram realizadas tendo como referência os estudos de Castello, como por exemplo a dissertação de Mestrado de Denise Maria de Paiva¹⁰.

No campo da história, duas pesquisas realizadas nos anos 1990 merecem destaque, pois acredito que elas foram essenciais para a configuração de um campo de pesquisas históricas utilizando periódicos como fontes e como objetos; são duas Teses de Doutorado defendidas na USP, transformadas em livros: a de Tânia Regina de Luca¹¹, de 1996, e a de Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira, de 1997¹². Para Oliveira, a revista possui um forte conteúdo documental, se apresentando como uma alternativa de espaço para publicações de diversos teores com traço fragmentado e periódico, resultando numa publicação datada. Vale a pena transcrever aqui uma citação que a autora utiliza para conceituar este tipo de documento ao diferenciá-la do livro:

É um tipo de publicação que, depois de re-vista, se abandona, amarelece esquecida, ou se deita fora. Enquanto objeto material, a revista distingue-se do livro por ser mais efêmera: só os bibliófilos, os estudiosos e certos interessados pelas letras e pelas artes guardam a revista. Essa efemeridade...tem a ver com a sua solidez material. Enquanto o livro dura (porque é mais resistente, tem uma capa sólida a protegê-lo), a revista é (pode ser) mais frágil em termos de duração material (...) é normal que o livro tenha reedições, e já não o é tanto que apareça uma segunda edição duma revista. Ainda outra característica: uma revista é quase sempre a manifestação de grupo: ao contrário do livro que, salvo algumas exceções, costuma ser produzido por um só autor (ROCHA, citada por OLIVEIRA, 1997, p. 33).

Apesar de ser uma revista, os periódicos científicos não são descartáveis como as revistas comuns que circulam em bancas, ou seja, não são efêmeros. Contudo, contemplam as demais características.

Já Luca, ao realizar um estudo sobre a *Revista do Brasil*, objetiva analisar

as leituras que parte da intelectualidade dita pré-moderna produziu a respeito do país, identificando o que ela elegia como problema e que tipo de soluções propunha para aqueles que julgava serem os nossos males (1996, p.19).

¹⁰ PAIVA, Denise Maria de. *As Categorias da Literatura Brasileira na Revista do Brasil* (1906-1919). Mestrado, FCL-Assis, UNESP, 1992, mimeo.

¹¹ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Doutorado, FFCL-USP, 1996, mimeo. LUCA, T. R. . *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. 1ª. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. 326 p.

¹² OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo de. *Revistas em revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República* (1890-1922). Doutorado, FFCL-USP, 1997, mimeo. MARTINS, Ana Luíza.

Diante dessas considerações, afirmamos que o periódico é um tipo de documento que permite ao historiador elucidar, num determinado período, quais as idéias e comportamentos de um determinado grupo social.

Dentre os trabalhos com periódicos religiosos está o de Regina Helena Lima Caldana¹³ que realizou a análise da Revista católica *Família Cristã* objetivando “trazer elementos que contribuam para descrever as transformações ocorridas em termos do ideário de educação de filhos nas últimas seis décadas no Brasil”. (1991, p. 26).

Vários estudos realizados com a utilização de periódicos, optaram por abordar uma análise temática, dada a multiplicidade de informações que as revistas oferecem. Foi assim com Tânia de Luca que trabalhou com os temas Nação, Etnia, Ciência e Língua; com Regina Caldana, que trabalhou com a Família, a Mulher e os Filhos; com Denise Maria de Paiva que realizou a indexação das categorias da literatura brasileira identificadas no periódico que trabalhou. Enfim, o trabalho com periódicos realizados sob o prisma de uma abordagem temática mostrou-se extremamente enriquecedor.

A REB¹⁴, pode ser considerada como um veículo de informação da Igreja Católica, que desde há muito se utiliza das publicações para divulgar sua doutrina e suas idéias. Dela faremos uso para analisar como a Igreja católica desenvolveu um conceito de religiosidade popular, mais especificamente, de catolicismo popular durante o período de 1963 a 1980. Período extremamente importante na história da Igreja no Brasil por representar uma fase de transição marcada pela revisão da própria Igreja brasileira no que diz respeito a sua postura em relação à sociedade, revisão esta imposta por condições históricas precisas, como por exemplo, o descompasso que a Igreja católica mantinha com relação ao mundo moderno.

Nossa opção por realizar as resenhas dos principais artigos do período, deveu-se ao fato de considerarmos extremamente importante o resgate original das idéias dos autores. Apesar de ser cansativo e até enfadonho para o leitor, a utilização de resenhas permite uma visão geral de como os diferentes setores da Igreja Católica construíram sua análise e interpretação do catolicismo popular. Diante da

Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001

¹³ CALDANA, Regina, Helena L. *Família: Mulher e Filhos. Três Momentos numa Revista Católica Brasileira* (1935-1988). Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 1991, mimeo.

¹⁴ REB será utilizada como abreviatura de Revista Eclesiástica Brasileira.

diversidade, optamos pelo conceito de catolicismo popular para detectar como os autores abordaram essa manifestação e a partir de quais discussões apareceu.

Partindo da constatação de Pierre Bordieu, de que as relações de comunicação implicam não somente relações lingüísticas, mas também relações de poder simbólico¹⁵, os artigos editados pela Revista Eclesiástica Brasileira, representam as idéias de um determinado grupo do clero, que apesar de não ser homogêneo, detém o poder de expressar suas opiniões e de legitimá-las por meio dos textos publicados.

A ciência de um discurso em sua forma atual só pode existir na medida em que seja não apenas gramaticalmente correta mas sobretudo socialmente aceitável, quer dizer, ouvida, acreditada e, por conseguinte, eficiente num determinado estado das relações de produção e de circulação (BORDIEU, 1996, p. 64).

...a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um percipi, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um percipere, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum (id., 82).

Também utilizamos os seguintes documentos da Igreja católica: o Compêndio do Vaticano II; as Conclusões de Medellín e as Conclusões de Puebla. Vale ressaltar que essa documentação foi utilizada para contextualizar os artigos publicados na REB. Não foram abordados separadamente, haja vista que nossa fonte principal foi periódico citado.

A Editora Vozes

Não é possível começar a falar da REB sem antes traçar um pequeno histórico da Editora Vozes, já que esse periódico está intimamente ligado a ela. Os primeiros frades franciscanos, chegaram em Petrópolis a partir de 1896, vindos da Alemanha. Nesse mesmo ano, foi dado início à construção do convento franciscano e, em 1897, começou a funcionar a Escola Gratuita São José.

Considerada como a mais antiga editora em funcionamento ininterrupto no Brasil, a história da Editora Vozes começa em Petrópolis, RJ, residência de verão de D. Pedro II, com uma máquina impressora da marca *Alouzet*, abandonada em

¹⁵ BORDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996, 23-4.

péssimas condições, encontrada em uma oficina montada para imprimir o jornal, *O Estado*, que nunca chegou a ser publicado¹⁶.

Essa máquina foi encontrada e consertada pelo Frei Inácio Hinte, da Ordem dos Franciscanos, que na Alemanha fora aprendiz de tipógrafo. Juntamente com seu superior, o Frei Ciríaco Hielscher, solicitaram licença para utilizá-la na impressão de livros da Escola Gratuita São José, fundada em 1897 pela Ordem.

Em 05 de março de 1901, a licença foi concedida, e a oficina tipográfica, instalada nos porões do convento, recebeu o nome de Tipografia Escola Gratuita São José, dirigida pelo Frei Inácio Hinte até 1947.

Durante o primeiro ano de funcionamento, a Tipografia imprimiu a cartilha *O Primeiro Livro de Leitura*, que foi seguidamente reimpresso, sendo encomendado por várias outras escolas católicas. Ao adotar a opção pela publicação de material didático, a Igreja Católica posicionava-se contra o avanço da filosofia positivista, que influenciava na maneira de educar as crianças. Outro traço marcante foi a política de publicar livros de ficção, em oposição à escola naturalista de romances. Publicavam romances que pudessem ser lidos “por moças, senhoras [...] católicos e gente de alma limpa (Hallewell, 1985:523)¹⁷.

A tipografia começou a produzir obras destinadas ao público católico, entre elas, em 1907, a revista *Vozes de Petrópolis*, que teve projeção nacional, acabando por renomear a Editora em 1911.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a crise na importação de livros estrangeiros, a Editora passou a publicar obras nacionais sobre temas religiosos. Em fins da década de 1960, suas atividades expandiram-se muito como um reflexo das mudanças ocorridas no interior da Igreja católica no Brasil, abrindo espaço para edições voltadas a outras áreas, como história, economia, psicologia, filosofia, medicina, lingüística e teoria literária, pedagogia e teatro. Na década de 1970, a Editora *Vozes* era considerada detentora de uma sólida linha de estudos sobre sociologia, especialmente em sociologia da comunicação, jornalismo e editoração.

De acordo com seus editores, a *Vozes*, desde o seu início, tem sido o maior veículo de divulgação religiosa do Brasil, fomentando os movimentos intelectuais católicos, donde surgiram figuras como Tristão de Athayde e Gustavo Corção. De

¹⁶ Algumas das informações foram retiradas do site da Editora *Vozes*, existentes na Internet. Endereço <http://www.vozes.com.br/> acesso em 17/12/1999.

¹⁷ A maior parte das informações aqui expressas estão em HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (Sua História)*. São Paulo: T. A. Queiróz/EDUSP, 1985)

nona editora no mercado em 1950, a Vozes passaria a primeiro lugar em 1979. De acordo com sua política, o lucro obtido é reinvestido na empresa, e o restante é destinado a obras assistenciais.

Além de atuar no mercado editorial com publicações de obras voltadas para a cultura, religião e catequese, a Editora Vozes edita sete revistas: *Cultura Vozes*, *SEDOC*, *Grande Sinal*, *Concilium*, *Ribla*, *Estudos Bíblicos* e *REB*. Ressaltamos, ainda, que a direção da Editora Vozes, no ano de criação da COR, primeiro nome da Revista Eclesiástica Brasileira, em 1939, foi dada ao Frei Tomás Borgmeier, também redator da própria revista.

Histórico da REB¹⁸

A Revista Eclesiástica Brasileira foi criada com o objetivo de ser uma revista técnica, uma revista de classe para todo o Clero do Brasil. Seus criadores foram dois sacerdotes de Minas Gerais, o Padre Guilherme Boering e o Cônego José Xavier de Maria.

A Editora Vozes que, em 1938 possuía como dirigentes o Frei Inácio Hinte, o Frei Frederico Leopoldo Vier e o Frei Cândido Schutsal, tomou a frente na elaboração da revista solicitando a permissão do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra para levar a frente seu projeto. Dom Sebastião Leme não só aceitou o plano da Revista, como acabou por anexar a ela o Boletim Arquidiocesano do Rio de Janeiro, tornando obrigatória para o Clero a sua assinatura. A revista foi considerada um órgão eclesiástico, sendo publicada a partir de janeiro de 1939 com o nome de COR, com o subtítulo Revista Eclesiástica Brasileira, e propunha o Coração de Jesus como modelo de coração sacerdotal.

A revista teve vida efêmera, pois saíram apenas vinte e cinco números. Seu redator era o Cônego João Batista Siqueira, teólogo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, e o serviço de redação ficou a cargo do Frei Frederico Vier.

A revista COR aparecia em fascículos de 64 páginas, e a matéria distribuía-se pelas seguintes seções: Atos da Santa Sé, Teologia Dogmática, Teologia Moral,

¹⁸ Baseado nos seguintes artigos: ROSSI, Agnelo. Dez Anos da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 11, fasc. 2, jun.1951, pp- 225-31; ROSSI, Agnelo. 25º Ano da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. XXV, fasc. 1, março 1965, pp 3-5; MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. XXV, fasc. 4, dezembro 1965, pp. 863-71.

História, Exegese e Outros Assuntos. Em 1939, no primeiro ano, publicaram-se regularmente os Avisos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Entretanto, a revista não teve a projeção nacional estimada e dentre as possíveis causas apontadas pelos teólogos estaria o fato de sua dupla finalidade: primeiro, como órgão nacional e, segundo, como boletim regional do Rio de Janeiro, o que talvez tenha diminuído a força de penetração em todo o território nacional, segundo Waldomiro Martins

Diante de tal situação, ficou decidida uma transformação, em que a nova revista ficaria sob responsabilidade redatorial e administrativa da Editora Vozes Limitada, sem qualquer vinculação jurídica com a Ordem dos Franciscanos. Ficou escolhido como novo título o de Revista Eclesiástica Brasileira.

Durante o período que analisamos, a REB teve como redatores o Frei Boaventura Kloppenburg (de 1953 a 1972) e o Frei Leonardo Boff (de 1972 a 1986). Atualmente, a redação da revista está a cargo do Frei Eloy M. Piva. Podemos caracterizar a trajetória da REB, segundo a permanência de seus redatores.

Frei Tomás Borgmeier (1941-1952)

Borgmeier chegou ao Brasil em 1910. Em 1917, tornou-se entomólogo, tendo como especialidade suas pesquisas sobre formigas. Professor de Sagrada Escritura no Instituto Teológico de Petrópolis, a partir de 1919, ficando com a disciplina até 1924. Em 1931, fundou a *Revista de Entomologia*, editada até 1951. Em 1941, fundou a REB, além de acumular o cargo de diretor da Editora Vozes. Em 1952, saiu da Revista e da Editora para se dedicar exclusivamente à entomologia.

Foi o Frei Tomás Borgmeier quem deu nova feição à Revista Eclesiástica Brasileira, apoiado pelo Cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, por Dom José Gaspar de Afonseca e Silva e outros membros do Episcopado Brasileiro. Frei Borgmeier, primeiro redator da nova revista, objetivava com a nova publicação uma revista sintonizada com um Brasil católico e não com características regionais, como ocorria com a COR.

Frei Boaventura Kloppenburg (1953-1971)

Professor de Teologia Dogmática no Instituto Teológico Franciscano até 1972, Kloppenburg foi o segundo redator da REB. Em seu primeiro fascículo, como redator, enfatizava ser a REB

...uma revista prestigiada em todo o mundo (insistia que o periódico deveria ser) uma revista no sentido etimológico do termo; que fosse verdadeiramente eclesial, atendendo aos interesses de toda a Igreja e, finalmente, que fosse brasileira (KLOPPENBURG, 1953, p. 126-8).

A gestão de Kloppenburg merece grande destaque, principalmente a partir de 1962, quando a REB passou a publicar, na ocasião do Concílio Vaticano II, uma seção dedicada às comunicações, crônicas sobre o Concílio, além de toda a documentação a ele referente. Kloppenburg foi o grande divulgador das idéias do Concílio Vaticano II no Brasil, e os textos publicados na revista durante esse período constituem leitura obrigatória ao estudioso da história da Igreja católica no Brasil.

É sob sua gestão que, em julho de 1968, a seção de documentação eclesial sai da REB, para ser publicada na íntegra em outro periódico, criado com esse propósito específico: o SEDOC, de periodicidade bimestral.

Frei Leonardo Boff (1970-1986)

Professor de Teologia Sistemática no Instituto Teológico de Petrópolis, Boff assumiu definitivamente a redação da REB em 1972, pois ele já era diretor adjunto desde finais de 1970. Seu período como redator é considerado o mais polêmico da revista.

Quando assumiu a redação da REB, Boff fazia doutorado em Munique e acabava de publicar o livro *Jesus Cristo Libertador*¹⁹. Durante todo o período em que foi redator da revista, a tendência predominante foi a da Teologia da Libertação. A REB tornou-se palco de debates intensos sobre os livros escritos por Leonardo Boff, como também espaço de duras críticas a outros setores do clero, como no caso de Kloppenburg, considerado autoritário e retrógrado demais para os simpatizantes da Teologia da Libertação.

Essa postura denotaria, também, os indícios de uma convivência nada harmoniosa entre Kloppenburg e Boff, durante o período em que dividiram a redação

¹⁹ BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1972.

da revista. Em sua biografia autorizada²⁰, Kloppenburg faria a seguinte afirmação em 3/11/1971:

Basta. Frei Leonardo tomará então a REB... Eu não combino com o modo de pensar dele. Para mim, seria praticamente impossível continuar a trabalhar com ele, sem que nos desentendamos em coisas fundamentais. E assim, para não brigar, é melhor que eu vá. Creio sinceramente que ele está errado em sua orientação teológica. Mas é dominante. Quero vê-lo daqui a vinte anos. Eu disse ao Frei Ludovico que, se, em mais alguns anos, a REB andar para trás em matéria de assinantes (pois desconfio que com a nova orientação vai perder leitores), e se então necessitarem outra vez de uma mão firme e ortodoxa, estarei disposto a ajudar ou a retomar a direção. Mas faço votos que isso não aconteça. Nos meus 20 anos de REB não tive nenhum problema grave com autoridades eclesiásticas, apesar dos tempos difíceis e delicados pelos quais passamos (SCHIERHOLT, 1999, p. 76).

Leonardo Boff abandonou a redação da REB em 1986, após ter recebido vários atos disciplinares da autoridade eclesiástica, mas sua atividade como redator não parou por aí. De 1986 a 1991, ele assumiria a redação da *Revista de Cultura Vozes*.

Seu período na REB foi fortemente marcado por artigos vinculados à Teologia da Libertação, escritos, na sua maioria, por teólogos brasileiros, contando com a participação de alguns teólogos latino-americanos e alguns europeus.

Frei Eloy D. Piva (a partir de 1986)

Em 1986, Eloy Piva, historiador e professor do Instituto Franciscano de Petrópolis, assumiu a REB. De acordo com Sarayana²¹, devido as polêmicas em torno de Boff terem se estendido até 1992, Piva ainda não havia conseguido impor seu próprio estilo à REB. Conforme contato estabelecido com Frei Piva²², o mesmo avaliou sua gestão como redator como uma tentativa de estabelecer uma revista mais eclesial do que eclesiástica, numa postura de diálogo com outras religiões, como também por uma reflexão mais reflexiva diante da realidade pela qual passa a Igreja católica brasileira, na atualidade.

²⁰ SCHIERHOLT, José Alfredo. *Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M. – 80 anos por Cristo em Sua Igreja*. Lajeado/RS: O Autor, 1999.

²¹ SARAYANA, Josep-Ignassi. *La “Revista Eclesiástica Brasileira” (REB): Magisterio e Influxo*. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional sobre los Franciscanos en el Nuevo Mundo. Siglos XIX-XX. 24-29/04/1995, 1-10. Mimeo.

²² Em entrevista realizada no dia 04/11/1999, ocorrida no Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis-RJ.

Sarayana, ao analisar o histórico da REB até meados dos anos 1990 considerou que essa etapa do periódico poderia ser considerada como “uma tentativa de volta à normalidade, distante do sensacionalismo e das polêmicas, traço marcante nas duas primeiras etapas”. (SARAYANA, 1995, p. 9).

A Importância da REB

Dom Agnelo Rossi, que em 1951 era Cônego em São Paulo, ao prestar homenagem aos dez anos da REB enfatizava que, enquanto em 1941, as revistas eclesiásticas eram espaços caracterizados por colaborações mais alentadas de padres especialmente, seculares, após o surgimento da REB,

fazia parte do programa da novel revista ser o laço de união entre o clero do Brasil bem como apresentar um retrato do catolicismo em nossa Pátria. Desejava ser “sadiamente moderna”, científica e prática, ao mesmo tempo. Enfim, uma revista do clero, feita pelo clero e para o clero (REB, Junho 1951, p. 225).

Ainda, ressaltando a importância da REB como um documento de grande relevância para se compreender a história atual da Igreja no Brasil, vale retomar Dom Agnelo Rossi, quando afirma ser a revista

o mais poderoso vínculo de união e melhor vínculo de divulgação das idéias entre o clero do Brasil. É uma tribuna de onde se fala a mais de 2.000 eclesiásticos – os assinantes – espalhados por todo o país. Ocuparam esse púlpito sagrado, nestes 10 anos, além de pregadores estrangeiros, 154 oradores que sentem os mesmos problemas, têm as mesmas angústias, estudam problemas nossos: 12 príncipes da Igreja no Brasil, 54 padres e 88 religiosos (Idem. Ibidem).

Em janeiro de 1941, saía o último fascículo da revista COR, e em março do mesmo ano apareceu a REB, com um duplo fascículo de 384 páginas. A REB tomou como modelo duas revistas católicas: a *Revista Prática de Teologia*, no Brasil e a *Theologisch-Praktische Linzer Quartalschrift*, de Linz, na Áustria.

A REB, quando foi lançada, era composta das seguintes Seções: 1. Artigos. 2. Comunicações. 3. Assuntos Pastorais. 4. Ministerium Verbi. 5. Documentação. 6. Pelas Revistas. 7- Crônica Eclesiástica. 8. Necrologia. 9. Apreciações. 10. Bibliografia.

Durante a década de 1960 foram suprimidos dos fascículos a sexta seção - Pelas Revistas - e também a quadra seção - Ministerium Verbi - que versava sobre

o missal. Vale ressaltar que a Seção Bibliografia registrava, de acordo com os colaboradores, a literatura relacionada à ciências teológicas e afins, vista como de interesse dos leitores.

Nas décadas de 1970 e 1980 a revista passou a ter um tema central em cada fascículo. Na década de 1970, surge o Editorial, escrito pelo redator da Revista.

A disposição das seções variava de acordo com o tema do fascículo. Por exemplo, o fascículo nº 141, de março de 1976, apresentava como tema o Catolicismo Popular. Já, no fascículo nº 150, de junho de 1978, o tema era a Pastoral Popular. Convém ressaltar que o Índice Geral sempre foi publicado no último fascículo do ano e englobava os quatro fascículos anuais que integravam um volume.

Apesar de circular no país durante um período de convulsão política e social - a Ditadura Militar assombrava o país nas décadas de 1960 e 1970 - a REB procurou não se envolver em nenhum movimento político, conforme declaração do Padre Waldomiro Pires Martins:

Nas páginas da Revista Eclesiástica Brasileira, palpitam e latejam os acontecimentos religiosos da atualidade. Nelas percebo um equilíbrio consciente e calculado. Há tomadas de posição firmes e decididas, dentro de inegável fidelidade à Igreja. De outro lado, ao que parece, a Revista Eclesiástica Brasileira não quis manifestar-se, ou não se manifestou de fato, em algumas discussões que alvoroçaram círculos eclesiais e leigos do Brasil, em torno de problemas sociais e religiosos. Sempre evitou polêmicas. Por isso mesmo, nunca concordou em ser tribuna livre. A meu ver, a Revista Eclesiástica Brasileira, por índole, não se comprometeu em pronunciamentos apaixonados, nem sequer a propósito dos debates conciliares, ocasião em que tantos se apaixonaram. Ela quis ser sempre a revista de todo o Clero e para todo o Clero (MARTINS, 1965, p. 865).

A crise política pela qual o Brasil passava, durante essas duas décadas, não é explicitada pela revista. Podemos, talvez, procurar indícios de uma discussão implícita nos artigos escritos, mas dificilmente encontraremos artigos que tenham discutido o governo militar, a tortura de civis, o desaparecimento de padres. O que podemos encontrar, e somente a partir da década de 1970, são textos em que os autores discutem constantemente a questão social, os marginalizados, os pobres, mas seguindo uma diretriz da instituição, ou seja, as deliberações de Medellín e Puebla, com a *Opção Preferencial pelo Pobre*.

A grande maioria dos autores é composta por membros da Igreja, principalmente na década de 1960, diversificando-se mais na década de 1970. Os que não o são, são pesquisadores, principalmente sociólogos²³.

Dom Agnelo Rossi destacava a importância da REB para o entendimento a história da Igreja no Brasil a partir do que denominou de *principais vantagens auferidas por nós, sacerdotes brasileiros, com a publicação da REB*. São elas:

1. a revista era considerada o único manual de estudos para diversos sacerdotes, além de despertar interesse pelo estudo das questões eclesiais;
2. o clero teria em mãos publicação constante de documentos pontifícios;
3. a revista possibilitou a divulgação de idéias dos membros do clero, além de incentivar novas pesquisas;
4. favoreceu a valorização dos elementos nacionais e as idéias criadas pelo clero nacional em detrimento das idéias e posturas estrangeiras;
5. possibilitou a união do clero no Brasil, plasmando uma mesma mentalidade;
6. representava uma afirmação da cultura e do valor do clero brasileiro diante dos leigos, de outras classes intelectuais e também do exterior. (1951, p. 231).

Em outra homenagem feita à REB, Dom Agnelo Rossi, então Cardeal Arcebispo de São Paulo, em 1965, quando da comemoração dos 25 anos da REB, destacava a importância da revista dentro de outra perspectiva:

Desejo apenas encarecer um extraordinário merecimento da nossa REB. Ela se tornou conhecida e apreciada, por todos os recantos do Brasil, a palavra autorizada do Santo Padre e atualmente a do Concílio Vaticano II ordenando a renovação pastoral. Graças a ela, possuem os padres do Brasil um instrumento idôneo para a sua atualização pastoral. Nada poderíamos dizer de melhor em justo elogio à REB, aos seus fundadores, redatores e colaboradores (ROSSI, 1965: 3).

No dia 28 de agosto de 1969, o Papa Paulo VI concedeu à REB e aos seus colaboradores a Bênção Apostólica, aqui transcrita na íntegra²⁴:

Recebemos, assinada pelo substituto Mons. G. Benelli, datada do dia 28 de Agosto (prot. N. 143.687), da Secretaria de Estado do Vaticano a seguinte carta: Reverendo Padre. Como nos anos precedentes, também este ano quis Vossa Reverência oferecer ao Santo Padre, em preito de filial homenagem, o último volume da Revista Eclesiástica Brasileira (1968), finamente encadernada. –

²³ Atualmente, a revista tem publicado vários textos de leigos, especialistas em religiões e religiosidades.

²⁴ SEM AUTOR. Paulo VI abençoa a REB. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. XXIX, fasc. 3, Setembro 1969, p. 621.

Desempenho-me do honroso encargo de participar a Vossa Reverência e aos seus auxiliares e colaboradores a Bênção Apostólica, fazendo votos de que o árduo trabalho de informação e formação a que estão dedicados seja realmente de genuíno proveito para o clero brasileiro. – Aproveito e ensejo para apresentar-lhes os protestos de minha religiosa estima e consideração. – Atenciosamente subscrevo-me † G. Benelli, Subst. (REB, Setembro 1969: 621).

Todas essas informações servem para destacar a importância da REB como veículo de informação utilizado pela Igreja, tendo como público-alvo os membros dessa instituição. Um veículo importante no que tange à divulgação de suas idéias, portanto, uma fonte de grande valia para quem está interessado em analisar o pensamento ou a postura da Igreja diante de alguns fatos.

Ao realizar um balanço sobre 20 anos da Teologia na América Latina e no Brasil (1972-1992), Alberto Antoniazzi, ao destacar as revistas nacionais que publicam quase que exclusivamente artigos de teólogos brasileiros ou residentes no Brasil, faz a seguinte afirmação:

A mais antiga e até hoje a mais importante revista teológica (embora se ocupe também de outros assuntos, inclusive da necrologia do clero) é a Revista Eclesiástica Brasileira da Editora Vozes, fundada pelos Franciscanos de Petrópolis em 1941 (ANTONIAZZI, 1992,p. 149-150).²⁵

A “Cara” da Revista – de 1960 a 1980

Apresentamos, a seguir como a REB esteve estruturada nessas duas décadas, como era sua apresentação, como estavam dispostas suas Seções, seus Redatores, seus Gerentes, seu sistema de assinatura, seus autores e número de artigos por eles publicados. Enfatizamos que nossa opção de abordagem dos fascículos foi a de destacar aqueles em que ocorreram mudanças, tanto na parte estética quanto nas seções por ela apresentadas.

A Década de 1960

Nessa década, a REB apresentava as seguintes seções:

²⁵ LIBÂNIO, João Batista. & ANTONIAZZI, Alberto. *Vinte Anos de Teologia na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994).

A. Volume XXIII – Setembro 1963 Fasc. 3

1. Sumário – apresentava artigos que variavam de 15 a 30 páginas, em que eram expostas as discussões teológicas, doutrinárias, resultados de pesquisas.

2. Comunicações – eram formadas por pequenos textos de, no máximo, 10 páginas, em que eram discutidas questões da atualidade, comentários sobre obras consideradas importantes para a ação da Igreja.

3. Assuntos Pastorais – relativos à legislação eclesiástica, versando, na sua maioria sobre obrigações pastorais, normas de conduta dos fiéis, postura dos padres frente a problemas que afetam sua paróquia.

4. Documentação - publicava, na íntegra, os documentos do Vaticano, dos Papas, além de documentos da CNBB, do CELAM, enfim, todos os documentos da instituição eclesiástica.

5. Crônica Eclesiástica – trazia as mais recentes notícias sobre o clero, sobre a atuação da Igreja nos mais diversos setores. Era dividida em Crônica Eclesiástica do Brasil e Crônica Eclesiástica do Estrangeiro.

6. Necrologia – Como o próprio nome sugere, elencava o falecimento dos membros do clero, ocorridos durante o período.

7. Apreciações – composta por resenhas curtas, de obras consideradas importantes para a formação e informação do clero.

8. Pelas Revistas – em alguns fascículos, tratava-se da reprodução integral de artigos publicados em revistas internacionais, contudo, na maioria das vezes, constava apenas a relação de artigos publicados em revistas católicas de todo o mundo.

Redator: Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M.

Gerente: Frei Francisco Vier, O.F.M.

B. Volume XXIV - Dezembro 1964 - Fasc. 4

1. Sumário

Esse fascículo foi todo dedicado à III Seção do Concílio Vaticano II, apresentando a seguinte divisão:

a) Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M., A III Seção do Vaticano II

b) Frei Constantino Koser, O.F.M., Os Grandes Temas da Constituição Dogmática “Lumen Gentium”

c) Frei Francisco Lepargneur, O.P, O Ecumenismo Católico após a III Sessão do Vaticano II

2. Documentação

- a) Constituição Dogmática sobre a Igreja
- b) Decreto sobre o Ecumenismo
- c) Decreto sobre as Igrejas Orientais Católicas
- d) Discurso de abertura da III Sessão
- e) Discurso de Encerramento da III Sessão
- f) Instrução para executar retamente a Constituição da Sagrada Liturgia.

Vale ressaltar que, durante o Concílio Vaticano II, ao final de cada Sessão Conciliar, ao todo foram quatro, a REB publicava os debates e as decisões realizadas no decorrer de cada Sessão, além do Documento Final.

C. Volume XXVIII - Março 1968 - Fasc. 1

Até este volume não houve alteração na forma de apresentação da capa da revista. A partir dele, a capa foi alterada apresentando fotos como pano de fundo da capa. Nesse caso deste fascículo a fotografia é da Catedral de Brasília. Também, a partir desse fascículo, a Seção Assuntos Pastorais é suprimida. O conteúdo da capa passa a conter em letras minúsculas, a relação nominal dos textos publicados.

- a) impactos emocionais e evangelização
- b) igreja interpenetrada com o mundo
- c) tipologia do catolicismo no Brasil
- d) newman e vaticano II
- e) natalidade e magistério
- f) presbíteros em renovação conciliar
- g) panorama da igreja em 1967
- h) a verdadeira diplomacia
- i) seminário dividido em pequenas comunidades
- j) caridade no ecumenismo
- k) circular do partido comunista tcheco-eslovaco

Na contra capa não consta mais o antigo sumário, constando os seguintes dados:

- a) redator: frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M.
- b) gerente: frei Frederico Vier, O.F.M.

- c) Diretor responsável: Frei Frederico José Leopoldo Vier, O.F.M.
- d) **RELAÇÃO DOS TEXTOS**

D. Volume XXVIII - Junho 1968 - Fasc. 2

Os dados da contra capa são alterados:

- 1. Redação
 - a) chefe: Boaventura Kloppenburg, O.F.M.
 - b) assistente: Orlando Bernardi, O.F.M.
 - c) secretário: Ephraim Ferreira Alves
- 2. Administração
 - a) diretor-gerente: Frederico Vier, O.F.M.
- 3. Nossa capa: Foto Cortesia “Manchete”
- 4. Lay-out: Rogério Duarte

A Década de 1970

A. Volume XXX - Março 1970 - Fascículo 117

Ocorreram novas mudanças na capa da revista, que voltou ao seu aspecto anterior, com a modificação apenas na apresentação dos textos. Com relação ao número dos fascículos, que antes eram apresentados de 1 a 4, correspondendo a sua publicação no ano, passam a ser contados de forma corrida, sem interrupção. Assim, o fascículo de março de 1970, que anteriormente seria o fascículo número 4, passa a ser o fascículo número 117.

B. Volume XXXII – Março 1972 - Fasc. 125

Nesse fascículo, a REB passa a apresentar temáticas em suas páginas, com o tema estampado na capa. Também o lay-out mudou. Ela vem com a capa colorida. Outra mudança bastante significativa é a inclusão do Editorial, escrito pelo Redator, o Frei Leonardo Boff, que já fazia parte da Redação, e com Frei Boaventura Kloppenburg, a partir do Volume XXX - Setembro 1970 - Fasc. 119.

C. Volume 37 - Junho 1977 - Fasc. 146

Importante ressaltar que, a partir desse fascículo, passou a figurar mais uma Seção: Mesa da Palavra. Ela ocupava exatas 96 páginas, nas quais eram apresentados comentários exegéticos das três leituras dominicais e sugeridas pistas

para a homilia. Ressaltava o Redator, Frei Leonardo Boff, que as separatas poderiam ser adquiridas pelos não assinantes da REB, através da Editora Vozes. Essa Seção tinha o objetivo de atualizar os pastores, os agentes de pastoral e todos os ligados à diaconia da Palavra.

Colaboradores do período de 1960 a 1980

Os principais colaboradores da REB eram membros da Igreja católica. Devido à diversidade de nomes, destacaremos aqui apenas os que, de alguma maneira, incluíram em seus textos discussões relacionadas com a religiosidade popular.

O Clero Secular contou com 30 autores e 61 contribuições. O Clero Regular contou com 32 autores e 51 contribuições. Com relação aos Leigos e Membros de Outras Religiões, 4 autores escreveram 4 artigos e foram publicados 27 Documentos Eclesiásticos relacionados às manifestações de religiosidade.

Formas de Comercialização

A REB é uma publicação trimestral para o clero católico, tendo nele seu principal leitor e colaborador. Com edições em Março, Junho, Setembro e Dezembro, em nota na página inicial, salientava que a remessa da Revista seria feita através de registro postal mediante encomenda expressa. A correspondência relativa à administração, tais como, pedidos de assinatura, pagamentos e reclamações deveria ser feita através da Editora Vozes, enquanto os assuntos relativos à Redação, tais como colaborações e comunicações, deveriam ser enviados ao Convento dos Franciscanos em Petrópolis²⁶.

A revista enfatizava a sua prioridade pela assinatura, mas também oferecia a oportunidade de que outros interessados tivessem acesso a ela através da solicitação de número avulso. Sua circulação era e é muito restrita; não é vendida em livrarias, nem em bancas de jornais. Algumas vezes, encontra-se algum exemplar em livrarias católicas.

Com relação à publicidade feita na REB, a maioria diz respeito a obras de conteúdo religioso, revistas católicas e também a obras publicadas pela Editora Vozes.

Atualmente, a REB define-se como uma revista *de cultura teológico-pastoral*. Seu atual redator, Frey Eloy Piva, define-a como uma revista de perfil mais eclesial e ecumênico, oferecendo *um espelho da ação e da reflexão da Igreja no Brasil*.

Os destinatários ampliaram-se também. Além do clero católico, passaram a fazer parte do público leitor professores, agentes de pastoral e líderes comunitários, estudiosos da religião e todos aqueles que, de alguma maneira, acompanham a reflexão e a atuação da Igreja no Brasil.

A responsabilidade editorial ficou mais especificada, pois atualmente está a cargo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, por intermédio do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, cabendo a promoção e divulgação à Editora Vozes.

Nos fascículos da década de 1990, também aparece, na contracapa, uma lista com os nomes dos membros do Conselho Editorial e do Conselho Consultivo, um critério inexistente nas décadas de 1960 e 1970.

As Tendências de Abordagem do Catolicismo Popular

Quem são os autores que, durante o período de 1963 a 1980, publicam artigos sobre religiosidade? De qual lugar falam esses autores? Eles são, na sua grande maioria, membros da instituição eclesiástica da qual faz parte um grupo heterogêneo de indivíduos. Tal instituição conta com uma organização específica, que estabelece modelos de ação possíveis, normas de ação impostas e sancionadas, uma organização singular. Uma instituição que produz modelos de comportamento, mantém as normas sociais e integra seus membros na sociedade como porta-vozes de suas normas e finalidades, uma instituição cujo espaço singular é submetido a normas imperativas que refletem, em parte, as normas da sociedade.

...lugar onde as modalidades de entrada (e de participação) e de saída (e de exclusão) são extremamente codificadas em um sistema simbólico...estabelecimentos bem delimitados no espaço social, organizações ou grupamentos definidos por uma seleção e pelas características de uma clientela, simbolizados no espaço urbano ou rural por uma arquitetura “funciona”... (LOURAU, 1996, p. 25-6)²⁷.

A unidade específica de uma organização é feita de um lado, por uma disposição específica das funções sociais em redor de uma função socialmente privilegiada, e de outro, pela exclusão oficial de certo número de outras funções, que se tronam latentes, acidentais ou informais (LOURAU, 1996, p. 13)

²⁶ Atualmente as contribuições dos autores devem ser enviadas diretamente à Redação da Revista.

²⁷ LOURAU, René. *Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Esses autores representam idéias e posicionamentos da instituição eclesiástica durante o período analisado. Seus discursos fazem parte de um discurso da instituição a qual pertencem. Isso os faz representantes de um determinado setor da Igreja católica no Brasil, que se tornou muito atuante no período que vai do início de 1960 até meados dos anos 80.

De acordo com Bordieu,

O mistério da magia performativa resolve-se...no mistério do ministério..., isto é, na alquimia da representação...através da qual o representante constitui o grupo que o constitui: o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta procuração. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar, através dele, “como um único homem”. Em contrapartida, ele recebe o direito de falar e de agir em nome do grupo, de “se tornar pelo” grupo que ele encarna, de se identificar com a função à qual ele “se entrega de corpo e alma”, dando assim um corpo biológico a um corpo constituído (BORDIEU, 1996, pp. 82-3).

Não podemos nos esquecer de que após o Concílio Vaticano II, a Igreja católica no Brasil passa a repensar suas posturas e estratégias. O Concílio encerrou em 1965, com a seguinte palavra de ordem: *deve a Igreja, a todo momento perscrutar os sinais do tempo*. Ora, isso significava para a Igreja uma necessidade de participação mais ativa na sociedade. Para cumprir sua “missão”, essa instituição deveria estar atenta aos acontecimentos e participante deles, das exigências e das aspirações dos homens que estão a sua volta. Devia estar atenta a um mundo em que ocorria um processo de mudanças rápidas, extensas e profundas. Mudanças que poderiam alijar completamente a Igreja desse mundo se ela, enquanto instituição, não estivesse dele participando.

A Igreja deveria estar presente nesse momento, e o Concílio Vaticano II bem como as Conferências Episcopais de Medellín e Puebla buscariam as alternativas para sua inserção no mundo contemporâneo. Vista como um novo período da história, a década de 60 representa o início do repensar da Igreja católica. Para tanto, haveria necessidade de se reinterpretar a sua história, para assim encontrar elementos que justificassem a necessidade de sua atuação nesse período. Era

necessário construir um outro significar para os projetos eclesiásticos. Para Eni P Orlandi²⁸, a construção do significar abarca três movimentos:

seu apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos (o já-dito), b. a resistência ao apagamento e a conseqüente produção de outros sentidos; e c. o retorno do “recalque”(ou seja, do que foi excluído pelo apagamento) sobre o mesmo, deslocando-o – esse é para nós um movimento regular que se produz no percurso que vai do sem-sentido em direção do sentido (ORLANDI, 1993, p. 11).

Esse recurso de utilização de uma memória, que esteve ausente durante tanto tempo de atuação da Igreja católica no Brasil, pode ser visto como uma tentativa de anular posturas que antes eram vistas e dadas como corretas, para criar um novo sentido para a atuação da Igreja. De detentora do poder político e religioso, de guardiã dos valores dominantes, predominante até fins dos anos de 1950, a Igreja passa a construir um discurso no qual descaracteriza a atuação de muitos missionários evangelizadores e recupera, por intermédio de sua história, memórias de atuações defensoras dos pobres, dos oprimidos. A Igreja, agora, era a Igreja dos pobres. É a passagem do sem-sentido para o sentido

Não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam. Não é a cultura ou a história factuais, mas a das lendas, dos mitos, da relação com a linguagem e com os sentidos. É a memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela “filiação”...aquela na qual, ao significar, nos significamos. Assim, nessas perspectivas, são outros os sentidos do histórico, do cultural, do social ... mas também se fundam sentidos, onde outros sentidos já se instalaram ... o sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória” (ORLANDI, 1993, p.13).

Acompanhando um debate existente no meio acadêmico dos anos 60, em que se buscava diagnosticar a existência de uma cultura alienada, importada dos países europeus ou americano, e que a identidade se definiria em relação a algo que lhe era exterior, a Igreja também passa a reinterpretar a cultura brasileira nos moldes nacionais, vista por autores nacionais e não baseada nos pré-requisitos de uma suposta cultura européia universal e universalizante.

²⁸ ORLANDI, Eni (org.). Vão Surgindo Sentidos. *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993, 11-25.

Enquanto diversos autores, de diferentes tradições e posturas políticas antagônicas, buscavam uma resposta para o que seria uma cultura nacional, os membros da Igreja procuravam entender, em autores dos fins do século XIX até metade dos anos de 1950, o que fazia com que o brasileiro fosse diferente e com o que se identificava. Como era formada a sua identidade religiosa?

A questão pautava-se no seguinte nível: de que maneira a Igreja pode, por intermédio desse conhecimento, criar uma estratégia mais eficaz para sua atuação evangélica na sociedade brasileira?

Existem algumas tentativas de agrupar a postura dos membros do clero no Brasil. Destacamos aqui a divisão realizada por José Luís Gonzáles e a divisão realizada por Alberto Antoniazzi.²⁹

De acordo com José Luís Gonzáles, na década de 1960, na América Latina, manifestaram-se múltiplos movimentos de libertação popular. Esse seria um período em que o enfoque libertador estaria presente e influenciaria alguns setores do clero na sua interpretação da religião popular.

Gonzáles identifica duas versões diferentes que levariam a duas posturas relativamente complementares com relação à interpretação da religião popular pelos membros do clero. São elas: uma perspectiva a partir da cultura popular e uma perspectiva a partir da dialética histórica

A perspectiva a partir da cultura popular abrangerá posições díspares: desde as que ficam restritas na afirmação da cultura popular e das minorias étnicas até àquelas que lançam propostas *populista-libertadoras*, na própria expressão do autor. O ponto de partida culturalista utiliza o pressuposto antropológico de que toda cultura se justifica por si mesma, devendo ser avaliada a partir de seus próprios padrões, e nenhuma outra cultura pode interferir como modelo de análise.

Muitos autores conceituarão a RP como expressão religiosa da cultura popular, sendo que alguns até a nomearão como um sistema cultural, vista como a *experiência cristã das culturas populares*. Nessa abordagem, a RP receberá um tratamento de simpatia cordial, que poderá provocar, conseqüentemente, além do respeito, o fomento e até a integração de alguns membros do clero nessas

²⁹ GONZÁLEZ, José Luiz. Panorama Histórico. *Catolicismo Popular: História, Cultura, Teologia*. Tomo III, Petrópolis: Vozes, 1992, 13-79. Série VII Desafios da Religião do Povo. Coleção Teologia e Libertação; ANTONIAZZI, Alberto. Enfoques Teológicos e Pastorais no Brasil Hoje. ANTONIAZZI, Alberto & LIBÂNIO, João Batista. *Vinte Anos de Teologia na América Latina e no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994, 97-158.

manifestações religiosas. É uma interpretação que não leva em conta uma crítica histórico-social, mas tem o mérito de ser a primeira via de análise para os estudos sobre o tema da religião popular no Brasil, através de um procedimento metodológico. De acordo com Gonzáles, foi essa corrente que influenciou o tratamento da religiosidade popular em Medellín e Puebla, pois a maioria dos estudiosos do tema estiveram presentes nesses encontros. Aqui o objetivo reside em chegar à libertação dos povos partindo da categoria “cultura”.

A perspectiva a partir da dialética histórica – fortemente amparada na Teologia da Libertação. O objetivo desse enfoque é, principalmente nos primeiros momentos, abordar a identidade cultural dentro de um processo de libertação. O compromisso, agora, passa a ser a libertação do povo latino-americano, o que implicava não só partir de sua realidade sócio-econômica, mas também de sua identidade cultural. A RP deveria ser vista inserida no dinamismo de uma dialética histórica e cultural, donde veio a necessidade de se repensarem alguns conceitos como cultura, povo, história, teologia e evangelho. Outra questão importante diz respeito a uma postura diante da RP. Para Gonzáles,

...é indispensável admitir que o Ocidente e suas elites, nem sequer em sua versão eclesial, podem ser tomados como

modelos do que deveria ser o seguimento de Cristo por parte dos pobres e da expressão sistematizada do mesmo condensada na Religião Popular (GONZÁLES, 1993, p. 57).

É importante notar que essas duas maneiras de se caracterizar catolicismo popular está presente nos artigos que vamos analisar.

Em outra perspectiva, Antoniazzi, em seu artigo *Enfoques teológicos e pastorais no Brasil hoje*, procura classificar enquanto “tipos ideais” as principais correntes teológicas e nelas situar os casos concretos de reflexão teológica e pastoral no Brasil.

De acordo com Antoniazzi, a grande característica da teologia católica, na atualidade é seu significativo pluralismo, adicionado à grande especialização e uma certa tendência à fragmentação. O autor elenca 10 modelos que conceitua como modos de pensar teológica e pastoralmente a realidade brasileira. Seriam eles: polêmico; apologético; pastoral; sócio-político; libertação histórica; antropocêntrico e cultural; teórico; didático; crítica da teologia e espiritual. Tendo em vista que nosso

propósito é identificar como os autores da REB analisaram a religiosidade popular, num período específico, optamos por descrever apenas os modelos pastoral; sócio-político, libertação histórica e antropocêntrico e cultural, por acreditarmos estarem mais relacionados com os artigos analisados.

Para Antoniazzi, o modelo pastoral é aquele que

Parte da práxis pastoral assim como é dada, ou das suas crises e aspirações para com uma renovação, e procura na teologia uma legitimação, uma iluminação, uma coerência, uma “eficácia” no sentido mais profundo de autenticidade e fidelidade ao mistério de Cristo (ANTONIAZZI, 1992: 116-7)

A mediação antropológica se daria por intermédio de uma visão “pastoral” da realidade, elaborada a partir da experiência dos pastores, às vezes cientificamente pobre. Essa visão também seria reforçada pelo uso da antropologia religiosa, extremamente dependente dos interesses pastorais, sendo até mesmo rejeitada quando os resultados decepcionassem. O contexto-histórico teria um peso muito grande sobre essa reflexão teológico-pastoral: no Vaticano II, o interesse da instituição estava voltado para a inovação e a mudança, mas segundo o autor, nos fins dos anos 80 e início dos anos 90, o interesse estaria voltado para a conservação e até mesmo restauração de algumas posturas.

O modelo sócio-político, de acordo com o autor é aquele que

...parte do interesse de grupos políticos empenhados, que buscam uma transformação (possivelmente rápida e radical) sócio-econômica e política. É um modelo instável, porque muito ligado à conjuntura. No Brasil... o modelo se apresenta na forma que privilegia a análise sócio-econômica como mediação antropológica (ANTONIAZZI, 1992, p. 123).

Esse modelo aparece muito ligado à Teologia da Libertação, principalmente uma corrente que pretendia *fazer teologia a partir da práxis*. Contudo, de acordo com o autor, esse modelo é muito difícil de ser encontrado no Brasil, pois foram poucos, raros até, os teólogos que praticaram uma mediação sócio-analítica da realidade.

Já o modelo libertação como um processo histórico, mais amplo que o anterior, por partir de um interesse mais amplo do que uma luta política ou um projeto sócio-econômico delimitado e conjuntural, tem sido mais assumido e enriquecido:

Esse modelo mais amplo entende a libertação como um processo histórico que tem outras dimensões, igualmente necessárias para a instauração de uma nova sociedade, pensada como “sinal” ou “semente” do Reino escatológico. Na mediação antropológica não

entra apenas a dimensão sócio-econômica, mas aspectos políticos, culturais, filosóficos, religiosos não considerados. Ao lado do trabalho e da luta de classes, aparecem a festa e a cultura, a tradição, a sabedoria popular (ANTONIAZZI, 1992, p.125).

A teologia seria aqui pensada sob uma perspectiva de libertação. De acordo com Antoniazzi, esse modelo seria o que mais se enquadraria na produção teológica brasileira mais expressiva de 1972 a 1992. Mas isso não significaria homogeneidade de posturas. É fato recorrente, o autor destacar sempre que, mesmo estando adequados a esse modelo, os autores não apresentam as mesmas posturas ou visões de um determinado acontecimento.

O último modelo, a ser assinalado por nós, é aquele que Antoniazzi denomina de antropológico-cultural, no qual emergem diretamente pesquisas teológico-pastoral dos últimos anos voltados para os seguintes temas: culturas indígenas; culturas negars ou afro-brasileiras; sabedoria e religiosidade popular; emancipação feminina e modernidade. “A mediação antropológica que prevalece, nesses casos, é antes de tudo aquela oferecida pela história e pela antropologia cultural. Também a experiência vivida tem um lugar importante”. (ANTONIAZZI, 1992, p. 131).

Com relação à religiosidade popular, Antoniazzi constata que, apesar da existência de numerosas pesquisas sobre os fatos, não existe muita reflexão teológica e pastoral sobre os mesmos. Ainda sobre esse modelo, o autor enfatiza ser o mais rico dentre todos os modelos, por permitir uma abertura de perspectiva pastoral a partir de uma inculturação do evangelho e do pluralismo das culturas.

Não é nosso interesse adequar todos os autores aqui analisados dentro das perspectivas fornecidas tanto por Gonzaléz quanto por Antoniazzi. Contudo, consideramos importante oferecer uma prévia classificação das posturas adotadas pelo clero brasileiro, para realizarmos considerações a respeito de suas posturas frente às manifestações religiosas populares.

A teologia moderna européia, que esteve na origem do concílio Vaticano II, encontrou acolhida rápida na América Latina. O teólogo franciscano, perito conciliar, Frei Boaventura Kloppenburg, foi o divulgador maior dessa teologia na Igreja do Brasil. Numa página extremamente concisa, retrata o programa fundamental dessa teologia, tal qual se vinha praticando nas últimas décadas na Europa. Apesar de extensa, vale a pena transcrever a passagem toda.

O Vaticano II é sobretudo um Concílio que se distingue muito mais pelo “novo espírito”, que pelas novas explicitações da doutrina cristã.

Não faltam, é certo, novas explicitações (por exemplo sobre a Igreja, o Episcopado, o Presbiterato, a Tradição, a Liberdade Religiosa, etc.), mas o especificamente novo e importante do XXI Concílio Ecumênico está na sua “atitude pastoral, ecumênica e missionária” perante o mundo de hoje; no seu espírito de abertura a novos valores; na sua disposição de dialogar e até cooperar com os não-católicos, os não-cristão e os não-crentes; no seu clima de compreensão dos outros; na sua convicção de ser apenas o sinal, o instrumento ou o sacramento (*mysterium*) do Senhor Glorificado; no seu conhecimento de dever aparelhar-se para ser de fato o sacramento universal de salvação; na sua afirmação sobre os caminhos de salvação sobrenatural que só Deus conhece; na sua maior confiança na presença e na ação do Espírito Santo; no seu admirável cristocentrismo; na redescoberta da liturgia como principal meio de santificação; na ênfase com que busca uma vida cristã mais personalista e ao mesmo tempo comunitária que se realiza na caridade; no reconhecimento da importância dos sinais dos tempos como manifestação da vontade de Deus; na conseqüente valorização do existencial e das situações concretas; no seu novo conceito de unidade (que não é sinônimo de uniformidade) e catolicidade (que admite e deseja o pluralismo teológico, litúrgico, disciplinar e espiritual); na sua surpreendente humildade em reconhecer os próprios limites e sombras; no seu decidido propósito de renovar e purificar a face da Igreja; na sua intenção de identificar-se mais com Cristo e seu Evangelho; na sua maior compreensão da força da Palavra de Deus; na sua determinação para o serviço, sobretudo dos pobres e humildes; no abandono de juridicismo e extrinsecismo; no seu comportamento menos triunfalista; no seu maior respeito à liberdade e aos direitos universais e inalienáveis do homem e da consciência reta; no seu reconhecimento das autonomias; na sua confiança no homem e em sua dignidade e seu senso de responsabilidade; no seu otimismo perante as realidades terrestres; na sua vontade de ajudar na construção da cidade temporal e no desenvolvimento dos povos; na sua disposição de desligar-se dos compromissos humanos; na sua renúncia ao fixismo e legalismo; na sua consciência de ser peregrina, essencialmente escatológica, sempre em marcha, inacabada, dinâmica, viva, colocada na história do presente, num mundo que passa, entre criaturas que gemem e sofrem, até que Ele volte...” (KLOPPENBURG, 1971, pp. 16-17)

Tal programa teológico, que tinha autonomia própria e que se encaminhava para transformações maiores, deparou-se com outro movimento, também nascido no contexto do Vaticano II, a Teologia da Libertação. Nesse momento, essa teologia liberal (que aos poucos se tornará mais conservadora, ao ponto de na década de 90 ser denominada de neoconservadora), muda de rota, perde sua função hegemônica e desbravadora, para voltar-se de maneira quase obsessiva para polemizar com a nova teologia que surgia. De um lado, reconhecia que a Teologia da Libertação levava à frente muito de suas intuições, mas de outro lado, sentia-se traída e conduzida a conseqüências inadmissíveis.

Podemos perceber isso nos artigos da REB. Se durante o período em que Kloppenburg levou a redação da revista sozinho, a questão principal a ser tratada eram as repercussões do Vaticano II no Brasil, bem como tentar aplicar algumas das orientações do Concílio e também da Conferência Episcopal de Medellín, quando passou a dividir a redação com Leonardo Boff, identificamos uma certa mudança de atitude que culminaria na saída de Kloppenburg da redação da REB.

Durante o período por nós analisado, podemos identificar três tendências de abordagem do catolicismo popular utilizadas pelos autores da REB. São elas: a tendência antropológico-cultural, a a tendência histórico-sociológica e o que aqui denominamos de tendência eclesiástica tradicional, que seria aquela vinculada às disposições dos documentos eclesiais.

A Tendência Antropológico-Cultural

Para entender a história do Catolicismo do povo é preciso trazer à luz seus condicionamentos e suas criações sócio-culturais (GONZÁLEZ, 1993, p. 13)

A abordagem antropológico-cultural pressupõe um estudo sobre a identidade cultural e religiosa do povo brasileiro. Como já afirmamos anteriormente, o Concílio Vaticano II colocava, como responsabilidade de cada Igreja, conhecer seus fiéis, adaptar-se ao mundo moderno.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão³⁰, o catolicismo brasileiro, a partir dos anos 60, passa a ser descrito dentro como *uma cultura*, ou *do ponto de vista da cultura*, com a vinda ao Brasil, de pesquisadores norte-americanos como Emilio Willems, Charles Wagley e Donald Pierson (esses últimos citados por Eduardo Hoonaert) e, posteriormente, Robert Shirley:

A partir de estudos de comunidade, uma abordagem antropológica das formas populares do catolicismo realiza uma primeira atualização de uma dimensão da vida e da cultura religiosas do país, até então investigadas por viajantes estrangeiros do século passado e por folcloristas do atual (BRANDÃO, 1988, p.29).

Os artigos que contemplariam essa tendência seriam aqueles em que as práticas coletivas e os rituais do catolicismo popular se apresentariam como elemento de contribuição para a caracterização da manifestação. Outro aspecto a

³⁰ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser católico: dimensões brasileiras – um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião. SACHS, Viola (org.). *Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, 27-58.

ser destacado seria o recurso às entrevistas de pessoas comuns, no sentido de se perceber a visão de mundo que o fiel teria da religião e da própria Igreja.

Por intermédio do estudo e análise das práticas religiosas de alguns setores populares, os autores da REB procuram vislumbrar o que seria a identidade religiosa do homem brasileiro. Para tanto, a necessidade de se recuperarem estudos de sociólogos e antropólogos da primeira metade do século XX é imprescindível. Frequentemente, presenciaremos citações a Nina Rodrigues, Thales de Azevedo, Arthur Ramos, Waldemar Valente, Gilberto Freyre, dentre outros.

A principal intenção seria então perceber qual seria o pólo ou os pólos aglutinadores das manifestações populares, quais as crenças religiosas e expressões rituais próprias e espontâneas que manteriam vivo o que denominam de catolicismo popular.

A religião, numa perspectiva antropológica-cultural, não pode ser considerada como um sistema cultural fechado, o corpo ou textos sagrados de uma verdade revelada ou instituída. O seu significado religioso não está apenas no passado, na tradição, mas no aqui e agora das intenções do ator e do momento histórico no qual vive.

Os seres humanos não reproduzem simplesmente comportamentos que aprendem, mas são agentes ativos construindo sua própria realidade no sentido de que não compartilham a totalidade de significados, mas que participam segundo a sua experiência social. A mensagem da Igreja não pode ser transmitida a não ser por expressões culturais próprias de cada época. Socializados por práticas coletivas, o cristão adquire um sistema de valores muito profundamente interiorizado.

A TENDÊNCIA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA

Apesar de muitas vezes não serem excludentes, podendo pertencer tanto a uma tendência como a outra, as posturas dos autores da REB permitem-nos classificá-los também de acordo com um referencial histórico-sociológico.

Fariam parte desta tendência os artigos nos quais, para se realizar uma análise do catolicismo popular, bem como sua importância social, dever-se-ia apontar para os elementos históricos. Esses elementos pertenceriam à história eclesiástica, à trajetória da Igreja católica no Brasil, principalmente.

Ao realizarem tal trajetória histórica, que vai desde a implantação do catolicismo enquanto religião oficial dos tempos coloniais até o momento em que os

autores escrevem seus artigos, os textos procuram relacioná-los com o papel social das manifestações populares.

Como o catolicismo popular estaria inserido na sociedade e qual seu potencial de transformação social? Quais seriam as formas de expressões sociais que permeariam sua manifestação? De que maneira, a história da Igreja, com todas as suas disposições oficiais, não teria permitido ou influenciado, ou até mesmo, encorajado o catolicismo popular?

A explicação deveria ser buscada na história da Igreja ou nas explicações de sociólogos que permitiram vislumbrar um panorama religioso do período em que os autores escrevem seus artigos.

A religião numa perspectiva histórica se define enquanto um sistema de crenças e hierarquias eclesiásticas dentro do horizonte temporal da elaboração teológica, a situação do clero, o sistema de poder político, dentre outros aspectos. Para tanto, a religião se configura num conjunto de modelos e estratégias cognitivas relativas à significação existencial do homem. A crença não representa simplesmente o dogma, mas um conjunto de estratégias para usar o conhecimento religioso. A história religiosa não é mais estritamente eclesiástica ou apologética, ela se estende a todos os domínios da vida religiosa e de suas expressões culturais e sociais, apreende a permanência e a mudança da Igreja numa sociedade em transformação

A perspectiva sociológica implica uma vontade de realismo no olhar voltado para as realidades religiosas, interessa-se pelas sociedades de crentes tomadas em sua globalidade e introduz a dimensão quantitativa pela contagem sistemática dos praticantes fornecendo material tanto para a sociologia quanto para a história social.

A crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpo social, a Igreja difunde um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Durante toda sua trajetória enquanto instituição, pregou uma moral individual e coletiva a ser aplicada, proferindo julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Nada do que concerne ao homem e à sociedade lhe é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha ocultado outros.

Também a religião vivida, aquela de cunho especificamente popular, se inscreve em manifestações coletivas que marcam, às vezes, os grandes ritos de passagem, que são portadoras de um conteúdo cultural e agentes de socialização.

A TENDÊNCIA ECLESIAÍSTICO -TRADICIONAL

Diz-se eclesiástica, porque faz referências constantes e quase exclusivamente aos documentos eclesiásticos para realizar sua análise do catolicismo popular. Essa manifestação será vista no ângulo dos documentos oficiais. Tradicional, porque seria a maneira mais costumeira dos membros do clero ao analisarem as manifestações religiosas. É fato que nas tendências anteriores, os autores da REB também lançam mão de documentos eclesiásticos, seja para justificar seu artigo, seja para utilizá-los como referência a análise de uma determinada realidade. Mas o destaque desta tendência está no fato de que a maior referência é aquela que remete aos documentos eclesiásticos, à postura oficial da Igreja diante das manifestações religiosas populares. Seria a visão mais usual da Igreja católica em toda sua trajetória histórica, ou seja, analisar as manifestações a partir de seu próprio espaço institucional, a partir de suas próprias designações.

Esta tendência representaria a imaginação reflexiva de uma elite de teólogos que estabelecem as chaves interpretativas do dogma, assim como dominam a tecnologia da escritura. Sua principal referência para elaborar um discurso são as declarações da hierarquia eclesiástica.

Desde antes do Concílio e mais ainda depois, o episcopado passaria a propor elementos de reflexão mais do que propor soluções, mas ao fazê-lo acaba estendendo seu campo de intervenção a todos os grandes problemas da atualidade social e política.

A REB, sem dúvida alguma, foi um espaço de debate extremamente importante para percebermos não apenas a caracterização do catolicismo popular por parte da Igreja, como também nos permitiu detectar as posturas de determinados setores da hierarquia eclesiástica com relação ao próprio estatuto da instituição à qual pertenciam.

Durante a década de 1960, os artigos publicados apresentavam como tônica a necessidade de se estabelecer uma identidade religiosa para o homem brasileiro. Isso é tão forte que a maioria dos artigos que abordam a cultura popular se encontram nessa década.

Na década de 1970, o caminho trilhado pela revista é um pouco mais tumultuado. Assim percebemos que durante o período de 1970 a 1972, período em que Kloppenburg e Boff dividem a Redação da REB, ainda existia uma certa continuidade das discussões realizadas durante os finais dos anos 1960, apesar de já existirem abordagens de autores que realizam uma análise mais voltada para o marxismo.

Durante o período de 1973 a 1975, foram publicados poucos artigos referentes ao catolicismo popular. Talvez isso se tenha dado porque seus dois principais colaboradores, Eduardo Hoornaert e José Comblin, por motivos distintos, tenham interrompido a discussão.

Hoornaert estava envolvido com a organização de sua obra *A História da Igreja no Brasil*³¹, entre 1973-1974. Já Comblin foi expulso do Brasil em 1974 sob a acusação de *representar elemento perigoso e subversivo*³². Em nota feita pela REB, o padre Comblin foi impedido de desembarcar no Brasil, após uma viagem à Europa. Vários membros da hierarquia tentaram impedir o ocorrido, mas a acusação das autoridades era a de que Comblin pertencia a grupos adeptos do marxismo por utilizar termos próprios desse pensamento.

Os artigos desse período que levantam a problemática do catolicismo popular o fazem em referência a outros assuntos, não sendo o objetivo central. Em comentários rápidos, na maioria das vezes, os artigos se caracterizam pela defesa de uma Igreja comprometida com o popular, uma Igreja voltada para as questões sociais.

O grande auge de discussão do catolicismo popular na REB durante a década de 1970 foi o ano de 1976³³. Ao todo são publicados 14 artigos específicos sobre o catolicismo popular, sendo que 13 correspondem a um mesmo fascículo cujo tema é *Catolicismo Popular*.

Visto como uma tentativa de aproximação crítica acerca do catolicismo popular, o fascículo foi o resultado da V Semana Teológica de Petrópolis, realizada entre 17 e 20 de fevereiro de 1976, com a participação de duzentas pessoas.

É interessante notar que os autores que contribuíram com artigos se tornaram fiéis defensores da Teologia da Libertação. Sua perspectiva de análise do

³¹ Cf. HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

³² Cf. Crônica Eclesiástica. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. Fasc. Jun/1972, 450.

³³ VÁRIOS. Catolicismo Popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 36, fasc. 141, Mar/1976.

catolicismo a partir desse fascículo, se faz por intermédio de um discurso mais inflamado e notadamente veiculado à transformação social.

De fins de 1977 até março de 1980, a Redação da REB ainda estava sob a responsabilidade de Leonardo Boff. Como pano de fundo dos acontecimentos eclesiais temos a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla. A partir de junho de 1987, no Fascículo 150 começaram a ser publicados textos fazendo referência à Puebla e elencando os principais temas a serem tratados na Conferência.

Como resultado dessas discussões, surgem temas recorrentes como a evangelização, a efetivação das pastorais, especificamente a pastoral popular e o papel da Igreja num processo de libertação. Poucos foram os artigos relacionados especificamente à religiosidade popular ou ao próprio catolicismo popular.

Basta destacarmos a diferença significativa do número de artigos publicados num único ano, como em 1976 com seus 14 artigos, enquanto no período de dezembro de 1977 a março de 1980, foram publicados 12 artigos, nos quais nem sempre o tema foi assunto central das abordagens realizadas.

Podemos até detectar que os únicos autores que publicaram sistematicamente na década de 1960 e o continuam na década de 1970 foram Hoornaert e Comblin. Os demais contariam com um ou dois artigos, na maioria das vezes.

A partir de setembro de 1980, os artigos que se referem ao povo ou às manifestações populares se apresentarão na REB ligados essencialmente à Teologia da Libertação e a uma opção de atuação político-social em favor dos marginalizados ou desfavorecidos. Os assuntos passam a envolver cada vez mais a atuação social das camadas populares e como a Igreja se posicionaria diante de tal situação.

É a partir desse período que a REB passaria a publicar quase que exclusivamente textos ligados à visita do Papa João Paulo II ao Brasil. No fascículo de setembro de 1980³⁴, o tema central seria a visita do Papa ocorrida em julho do mesmo ano. Os artigos avaliam os resultados dessa visita para os possíveis caminhos da Igreja no Brasil.

O tema é tão forte que as repercussões de Puebla tornaram-se secundárias. Não existiria outro assunto mais importante durante o ano de 1980, para a Igreja

³⁴ Cf. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 40, Fasc. 159, Set/1980.

católica, do que a visita do Papa. Não podemos nos esquecer que foi a partir dessa visita que a TdL começa a sofrer uma perseguição efetiva por parte de Roma.

CONCLUSÃO

Tendo em vista esse movimento na publicação dos artigos da REB e nossa posterior análise, gostaríamos de tecer algumas considerações finais.

Nossa análise esteve pautada em como as diferentes tendências presentes em alguns setores da Igreja católica conceituaram o catolicismo popular. Podemos perceber que o conceito de catolicismo popular não é homogêneo, existindo porém alguns aspectos que apresentam algumas semelhanças.

De acordo com a forma de abordagem do autor, essa manifestação se reveste de aspectos interpretados ora como frutos da ignorância religiosa, ora como resultado de uma alienação imposta pela cultura dominante.

O elemento central de todos os artigos e tendências, reside no fato de atentarem para os aspectos históricos do catolicismo, ou seja, a necessidade de inserir a discussão sobre o catolicismo popular num contexto histórico como também a necessidade de justificar posturas anteriormente tomadas pela Igreja com relação à sua manifestação.

Também a preocupação de inserir a problemática da questão interna da Igreja num contexto histórico. A instituição eclesiástica, ao fazer parte da história também poderia agir sobre ela, indicando as possibilidades de alteração da realidade ou mesmo a sua manutenção.

As tendências analisadas representariam uma tentativa de aproximação da realidade, intencionada pelos autores da REB. Forneceriam elementos para que a Igreja pudesse, ao conhecer o dinamismo das manifestações ligadas ao catolicismo popular, ter condições de nele se infiltrar e mudar o que considerasse necessário.

Ao tornarem as páginas da Revista Eclesiástica Brasileira um espaço de divulgação das idéias da elite eclesiástica no Brasil, seus autores e organizadores disponibilizaram um material extremamente rico para os estudos sobre a História do Catolicismo no Brasil. Daí a importância de se realizarem estudos sobre esse periódico.

Referências

- ANTONIAZZI, Alberto. Enfoques Teológicos e Pastorais no Brasil Hoje. ANTONIAZZI, Alberto & LIBÂNIO, João Batista. *Vinte Anos de Teologia na América Latina e no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994, 97-158.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BORDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser católico: dimensões brasileiras – um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião. SACHS, Viola (org.). *Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, 27-58.
- BURKE, Peter(org.). *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CALDANA, Regina, Helena L. *Família: Mulher e Filhos. Três Momentos numa Revista Católica Brasileira (1935-1988)*. Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 1991.
- CASTELLO, José Aderaldo. A análise de periódicos na literatura brasileira. NAPOLI, Roselis Oliveira de. *Lanterna Verde e o Modernismo*. São Paulo: IEB-USP, 1970, pp. 5-12.
- CELAM. *A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. Conclusões: Puebla*. São Paulo: Loyola, 1979.
- CELAM. *A Igreja na Atual Transformação à Luz do Concílio: conclusões de Medellín*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- COUTO, Edilece S. *A Puxada do Mastro. Transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA)*. Mestrado. FCL-Assis, UNESP, 1998.
- DAVID, Solange Ramos de Andrade. *O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)* (Tese de Doutorado em História) UNESP, Assis, 2000.
- DAVID, Solange Ramos de Andrade. *Um estudo de religiosidade popular. O Santo Menino da Tábua*. (Dissertação de Mestrado). UNESP, Assis, 1994.
- DUPRONT. Alphonse. Antropologia Religiosa. LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- EDITORA VOZES. Endereço <http://www.vozes.com.br/> acesso em 17/12/1999.
- GONZÁLEZ, José Luiz. Panorama Histórico. *Catolicismo Popular: História, Cultura, Teologia*. Tomo III, Petrópolis: Vozes, 1992, 13-79. Série VII Desafios da Religião do Povo. Coleção Teologia e Libertação.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (Sua História)*. São Paulo: T. A. Queiróz/EDUSP, 1985.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KLOPPENBURG, Boaventura. Editorial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol. 13, fasc. 1, março 1953, p. 126-128.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LIBÂNIO, João Batista. & ANTONIAZZI, Alberto. *Vinte Anos de Teologia na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994).

LOURAU, René. *Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1996.

LUCA, T. R. . *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. 1ª. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. 326 p.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Doutorado, FFCL-USP, 1996.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e Educação Feminina : os colégios das irmãs de São José de Chambery (1859-1919)*. São Paulo: USP, 1988, doutorado.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. XXV, fasc. 4, dezembro 1965, pp. 863-71.

OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo de. *Revistas em revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922)*. Doutorado, FFCL-USP, 1997.

ORLANDI, Eni (org.). *Vão Surgindo Sentidos. Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PAIVA, Denise Maria de. *As Categorias da Literatura Brasileira na Revista do Brasil (1906-1919)*. Mestrado, FCL-Assis, UNESP, 1992.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROSSI, Agnelo. 25º Ano da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. XXV, fasc. 1, março 1965, pp 3-5.

ROSSI, Agnelo. Dez Anos da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 11, fasc. 2, jun.1951, pp- 225-31.

SARAYANA, Josep-Ignassi. *La “Revista Eclesiástica Brasileira” (REB): Magisterio e Influjo*. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional sobre los Franciscanos en el Nuevo Mundo. Siglos XIX-XX. 24-29/04/1995, 1-10. Mimeo.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M. – 80 anos por Cristo em Sua Igreja*. Lajeado/RS: O Autor, 1999.

SEM AUTOR. Paulo VI abençoa a REB. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. XXIX, fasc. 3, Setembro 1969, p. 621.

VÁRIOS. Catolicismo Popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 36, fasc. 141, Mar/1976.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.